

Especialista: eleições de 2018 podem ser mais imprevisíveis que as de 1989

Pulverização de candidaturas leva políticos de todas as matizes ideológicas a apostas de alto risco, deixando a campanha refém do imponderável

AA - [Alessandra Azevedo](mailto:alessandra.azevedo@gmail.com) (mailto:alessandra.azevedo@gmail.com) RC Rodolfo Costa

postado em 15/04/2018 08:00 / atualizado em 14/04/2018 23:11



(foto: Ivaldo Cavalcanti/CB/D.A Press)

As cartas estão lançadas no que promete ser a corrida eleitoral mais apertada

e sem prognósticos da história brasileira. Apostar em qualquer um dos 22 pré-candidatos é jogar com o imponderável. Candidaturas de esquerda e centro, que não se atraem, estão pulverizadas. A extrema-direita, liderada majoritariamente pelo pré-candidato Jair Bolsonaro (PSL-RJ), pode enfrentar problemas com os poucos minutos de televisão, recursos e falta de palanque nos estados.

O momento é ainda mais incerto porque, hoje, a aposta dos partidos é no tudo ou nada. Legendas resistem em deixar uma porta aberta para, em determinado momento, se unir mais à frente. Mesmo com o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva preso, o PT ainda acredita na possibilidade de atrair apoio de aliados, como PCdoB, da presidenciável Manuela D'Ávila, e do PSol, do pré-candidato Guilherme Boulos. Ambas as siglas, no entanto, relutam em acenar com uma união. O PDT, de Ciro Gomes, e a Rede Sustentabilidade, de Marina Silva, também resistem e procuram alçar voo longe do discurso petista.

No centro, a divisão não é diferente. Está ainda mais pulverizada. O MDB, do presidente Michel Temer, que vai tentar manter o legado do governo, aposta em uma imagem fortalecida com o embarque do ex-ministro da Fazenda e também presidenciável Henrique Meirelles para atrair apoio de outras siglas. O ambiente eleitoral atualmente traçado, no entanto, aponta o contrário. DEM, PSD, PSC e PRB, legendas da base governista, vão tentar emplacar candidaturas próprias.

As pesquisas eleitorais podem até dar sinais do apelo popular. Mas dificilmente serão suficientes para cravar o rumo das eleições, que pode ser ainda mais imprevisível do que as disputas de 1989, avalia o cientista político Murilo Aragão, sócio da consultoria Arko Advice. “A realidade de hoje repete muitas circunstâncias daquela situação. Muitos candidatos, uma fragmentação muito ampla. Uma esquerda muito dividida e um centro muito pulverizado que não se entendia em torno do PMDB (atual MDB), do PSDB e do PFL (antigo DEM)”, pondera.

A grande diferença, avalia Aragão, é o fim do monopólio da esquerda petista. “E o que pode até deixar o partido de fora do segundo turno. Agora, o que favorece a esquerda é o fato de que o centro também não se entende ainda”, analisa. A falta de uma grande liderança e de uma unanimidade compromete a aglutinação de forças ainda no primeiro turno. Na esquerda, os ataques de Lula e do PT às instituições afugenta o embarque de alguns aliados. No centro, ameaças judiciais a Temer e ao pré-candidato do PSDB, Geraldo Alckmin, incentivam outras pré-candidaturas.

Caso o cenário continue como está, é possível que o mais votado no primeiro turno não atinja nem 30% dos votos válidos, avalia o especialista em política brasileira Sérgio Praça, professor da Fundação Getúlio Vargas (FGV). “E todo o resto pode ficar com percentuais muito próximos, de 15%, 11%, 10%, 8%, 4%”, sustenta.

Os tiros no escuro do centro

A aposta no centro é, hoje, um tiro no escuro. É possível que uma candidatura com o discurso de abertura de mercado e que sinalize com a manutenção de direitos sociais chegue ao segundo turno, mas o cenário ainda é muito incerto. O agora ex-governador de São Paulo Geraldo Alckmin, pré-candidato pelo PSDB, é o mais cotado para chegar à fase final da corrida eleitoral e ser vencedor entre as candidaturas do espectro político. Mas rachas dentro da própria base, com indefinições partindo da sucessão no governo paulista, podem comprometer os palanques do tucano. Tal divisão favorece a candidatura governista, do MDB, embora o partido também não tenha muitos motivos para comemorar. E vários outros nomes observam atentos à dificuldade dos mais poderosos politicamente em decolar, sonhando em abocanhar parte do eleitorado.

O MDB quer fazer melhor do que Ulysses Guimarães, em 1989, que abocanhou 4,73% dos votos válidos. Seria um desafio diante de divisões internas dentro do próprio partido, que ainda se divide entre o presidente Michel Temer e o agora ex-ministro da Fazenda Henrique Meirelles. Também joga contra a candidatura governista uma possível terceira denúncia da

Procuradoria-Geral da República (PGR) contra Temer.

A auxiliares, Temer admite que a melhora na economia ajuda, mas falta uma melhor comunicação junto à base para convencer a montagem de uma coligação forte. A expectativa é de que a máquina pública possa jogar a favor e, assim, trazer metade do partido em torno dele e viabilizar palanques nos estados. Para isso, espera que o poder da caneta, com recursos, cargos e entrega de obras, atraia aliados.

Em outros processos eleitorais, gerir a máquina pública com tais instrumentos políticos tornava quase imbatíveis as campanhas dos candidatos governistas. Mas as suspeitas de corrupção e a previsão de uma recuperação econômica mais lenta podem desidratar o MDB nas eleições, avalia o cientista político Carlos Melo, professor do Insper. Para o especialista, Temer não conseguirá emplacar uma candidatura com viabilidade eleitoral.

“Não acredito que tenha condições de ganhar. Ele vai passar a campanha tomando pancada. Mas, do ponto de vista político, faz sentido pleitear o processo eleitoral e defender o legado”, pondera. Melo acredita que, se muito exitoso, o governo pode abocanhar uma fatia de 10% das intenções de votos válidos nas eleições. O que ainda seria insuficiente para a disputa do segundo turno. “Mas suficiente para negociar apoio com algum candidato que chegue à fase final do processo eleitoral.”

Incerteza

A retomada de uma aliança entre PSDB e MDB é incerta. Pelo menos em um primeiro turno. “No segundo turno, poderia ser o caso de os dois partidos voltarem a negociar”, admite um interlocutor de Temer. O governo espera atrair outras candidaturas ainda na primeira etapa das eleições, mas sem forçar demais a barra. A ideia é deixar outras pré-candidaturas do centro correrem livremente, angariar votos para, mais à frente, negociar a montagem da coligação.

A divisão no centro pode durar pelo menos 90 dias. Esse é o prazo em que o

presidente do Sebrae Nacional, Guilherme Afif Domingos, levará avaliando a pré-candidatura pelo PSD. “Eu vou colocar o nosso carro na rua. E o que vai acontecer eu só posso avaliar daqui a três meses. Não adianta antecipar absolutamente nada. Porque agora é menos busca de articulação política e mais busca de articulação eleitoral”, destaca.

O estudo de campo é natural e deverá ser feito também por outras pré-candidaturas. A ideia é que eles tenham tempo para convencer o eleitor e saber se há disposição para apoiar. Caso contrário, o esforço pode ser em vão. “Depois, lá na frente, temos que ver com quem a gente soma ou quem vai somar conosco”, ressalta Afif.

"A falta de uma grande liderança e de uma unanimidade compromete a aglutinação de forças ainda no primeiro turno"

Murilo Aragão, cientista político e sócio da consultoria Arko Advice

Lula e a pulverização da esquerda

Ao sair da disputa pela faixa presidencial, seja pela recente prisão seja porque deve ser barrado pela Lei da Ficha Limpa, o candidato petista Luiz Inácio Lula da Silva deixou um vácuo que, há pelo menos quatro eleições, não existia. A falta de um nome forte para combater a ascensão dos também pulverizados candidatos de centro e da direita é um espaço que a esquerda precisa preencher, caso não queira correr o risco de chegar sem representante ao segundo turno das eleições. Enquanto o PT insiste na candidatura de Lula, apesar das circunstâncias, PSol e PCdoB não abrem mão de candidatos próprios, embora se unam à resistência contra a prisão do petista. O PDT, focado no pré-candidato Ciro Gomes, não vai negociar a cabeça de chapa para discutir as divergências com os menores.



Manuela D'Ávila (PCdoB) e os parlamentares petistas na frente do prédio da Polícia Federal, em Curitiba, onde Lula está preso há uma semana

(foto: Marcello Casal Jr/Agencia Brasil)

A situação é confusa, e boa parte dos votos de Lula se espalha entre essas opções. Não é certo se o ex-presidente tinha a intenção de que todos se unissem em torno de uma só candidatura de esquerda quando, no palanque, antes de ser preso, enfatizou os nomes de Manuela D'Ávila, pré-candidata pelo PCdoB, e Guilherme Boulos, do PSol. Mas especialistas acreditam que essa seria a melhor opção diante dessa pulverização. Com pouca diferença de votos, qualquer um que suba um pouco mais que os outros pode conseguir um destaque inesperado. “A ideia de uma frente ampla esquerdista para impedir isso seria interessante, mas padece do mal da não adesão”, comenta o cientista político da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) Lucas Cunha.

Não é por falta de discussões, já que os partidos de esquerda têm se

encontrado com frequência — pelo menos, de 15 em 15 dias, segundo a presidente nacional do PCdoB, Luciana Santos. Eles sabem que será mais fácil a esquerda chegar ao segundo turno se eles se unirem, mas não querem deixar de se posicionar como opção para ocupar o espaço deixado por Lula. “Estão cientes de que não são competitivos, mas, se não lançarem candidatos agora, vão se lançar quando? Quando Lula voltar?”, questiona o coordenador de análise política da consultoria Prospectiva, Thiago Vidal. “Todo mundo quer ser presidente no momento em que há um vácuo de lideranças, um vácuo de forças que tradicionalmente têm ocupado esse espaço”, explica o especialista.

Chapa

O PSol, por exemplo, reforça que não cogita “em hipótese alguma” abrir mão da candidatura de Guilherme Boulos. Se não for cabeça de chapa, não serve. “A gente acha pouco provável contar com o apoio do PCdoB e do PDT, que não vão deixar suas candidaturas para apoiar o Boulos. Por isso, é muito pouco provável que a gente possa esperar uma única cabeça dessas forças de esquerda”, explica o presidente nacional do partido, Juliano Medeiros.

“Há espaço para unidade política em defesa da democracia, mas não há espaço, neste momento, para uma unidade eleitoral”, diferencia Medeiros. A razão é “bem simples”, segundo ele: “Todos os partidos estão mantendo suas pré-candidaturas”. O PT reafirmou Lula mesmo depois de preso, PCdoB segue firme com Manuela e PDT não vai largar Ciro Gomes, o que mais tem intenção de voto entre os três: 12%. O cientista político Lucas Cunha aponta como obstáculo para se ter apenas um nome de peso na esquerda, além da vontade comum de “ocupar o vácuo”, a dificuldade em se unir as agendas. “Eventualmente, eles terão problemas para se unificar, porque não têm agendas convergentes”, explica.

Prioridades

Fazer essa união no segundo turno, apostando que alguém do mesmo espectro político chegará lá, faz sentido do ponto de vista partidário. No primeiro, cada um defende suas prioridades. Depois, eles se unem em torno

do nome que eventualmente chegar ao segundo turno.

É mais ou menos o entendimento de Medeiros, do PSol, que afirma que a insistência em manter a candidatura própria é por entender que o partido pode apresentar “avaliações e propostas muito diferentes das outras, por ser mais radical no campo da esquerda”. No segundo turno, entretanto, a situação muda. Se o candidato Jair Bolsonaro (PSL) chegar à fase final, por exemplo, o partido “vai ter responsabilidade, para evitar a vitória dele”.

Luciana Santos, do PCdoB, considera baixas, porém não impossíveis, as chances de que o desenrolar do cenário de fragmentação leve dois candidatos de direita ao segundo turno. A estratégia para evitar que isso ocorra, entretanto, ainda não foi definida. Menos firme que Medeiros em defesa da candidatura própria, Luciana não nega a possibilidade de que o PCdoB se junte a outro candidato, nem de que Manuela, pré-candidata do partido, se configure como a melhor opção da esquerda, no caso de uma convergência.

Hoje com cerca de 2% das intenções de voto, ela é “candidata para valer”, garante Luciana. “Até que, lá para a frente, a gente discuta como faz”, ressalva. A filosofia é a mesma do PSol: “Se todo mundo mantiver as candidaturas, não tem por que a gente não manter a nossa”.

"Eles estão cientes que não são competitivos, mas se não lançarem candidatos agora, vão lançar quando? Quando Lula voltar?"

Thiago Vidal, coordenador de análise político da consultoria Prospectiva

Incertezas na direita

A pulverização na esquerda e no centro também gera incertezas na direita. O deputado federal Jair Bolsonaro (PSL-RJ), pré-candidato à Presidência da República, nadou de braçadas neste espectro político até agora. O discurso antipetista nutriu a candidatura e a promessa de combate à corrupção consolidou o eleitorado. Mas a prisão do ex-presidente Luiz Inácio Lula da

Silva e a falta de partidos fortes para a montagem de uma coligação que ofereça mais minutos de televisão são fatores que podem desidratar o ex-militar.

O presidenciável, por ora, evita os debates e apostar no clamor do público e nas redes sociais como a chave para o sucesso nas eleições. Sem a expectativa de angariar muitos minutos de tevê, a avaliação é de que chamadas ao vivo na internet dos perfis de Bolsonaro e dos filhos políticos possam conseguir convencer eleitores.

Combate

Há, também, a expectativa de que um discurso combativo ao pré-candidato do PDT, Ciro Gomes, consiga atrair votos. As fichas apresentadas até o momento pela candidatura de Bolsonaro, no entanto, não convencem o cientista político Murilo Aragão, sócio da consultoria Arko Advice. “Ele vai com um partido fraco, que tem poucos deputados, pouco tempo de televisão e pouco dinheiro. E não tem palanque estadual. A base dele é muito pragmática e, na hora que ver que ele não consegue decolar, o abandonará”, sustenta.

A análise de Aragão é de que a base de Bolsonaro tende a priorizar as eleições no Congresso, e não necessariamente o atual líder. “Para esses, o importante é proteger as posições estratégicas, não eleger o Bolsonaro. A lealdade e apoio irá até certo ponto. E esse ponto só será mantido se a campanha dele se viabilizar de verdade.”

Regras frouxas abrem brechas para a pré-campanha

Na primeira eleição presidencial com 35 dias de propaganda eleitoral na TV e no rádio, a maioria dos pré-candidatos ao Palácio do Planalto tem ignorado os prazos legais e colocado as campanhas na rua sem qualquer fiscalização ou prestação de contas. A antecipação informal vai contra a determinação do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que estipula a data de 16 de agosto para o

início oficial do período em que os concorrentes podem fazer propaganda. O calendário, no entanto, não estipula regras para a pré-campanha, o que abre brechas.

Nas caravanas que fez pelo país, antes de ser preso, a equipe de Lula (PT), por exemplo, contou com um aparato profissional, formado por seguranças, assessores, fotógrafos, políticos, técnicos para montagem de palco e som e transporte assegurado por ônibus e aviões fretados. O roteiro de Jair Bolsonaro (PSC) também segue padrões dignos de uma campanha. Na véspera de qualquer viagem, o parlamentar avisa a apoiadores. A estratégia faz com que o parlamentar seja recebido nas cidades com carros de som, fogos de artifício e outdoors espalhados pelas ruas, o que é vedado pela Lei Eleitoral. Mas, nesse caso, a punição só pode ser aplicada a partir de 16 de agosto — multa de R\$ 5 mil a R\$ 15 mil por dia.

Outros pré-candidatos também viajam e mantêm uma equipe para registrar o dia a dia: o senador Álvaro Dias, do Podemos; o agora ex-governador paulista Geraldo Alckmin, presidente nacional do PSDB; o empresário Flávio Rocha (PRB); a ex-ministra Marina Silva (Rede); o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM); Ciro Gomes (PDT); Guilherme Boulos (PSOL); e Manuela D'Ávila (PCdoB).

“O que deveria ser feito era liberar a pré-campanha e criar um controle sobre os gastos feitos nessa época. Os candidatos estariam submetidos à fiscalização desde o começo”, afirmou o ex-ministro do TSE Henrique Neves. “A rigor, o candidato em pré-campanha não presta conta e não dá satisfação. Quem está no cargo e disputa reeleição também não tem restrição nessa fase”, aponta o advogado Alberto Rollo Filho, especialista em direito eleitoral.

